



AVALIAÇÃO UNIFICADA

CADERNO DE QUESTÕES

INSTRUÇÕES

- Você está recebendo o CADERNO DE QUESTÕES e a FOLHA DE RESPOSTA.
- Para cada questão há somente uma alternativa correta. Assinale na folha de respostas a alternativa que julgar correta.
- Não é permitido nenhum tipo de consulta, incluindo Calculadoras e Códigos Jurídicos.
- O cartão de resposta não será substituído em hipótese alguma.
- Término da prova: **21h**
- Tempo mínimo para entrega da prova: 40 min.

CURSO/PERÍODO

DIREITO - 8º PERÍODO - DATA: 28/09/26

GABARITO RASCUNHO

01	A	B	C	D
02	A	B	C	D
03	A	B	C	D
04	A	B	C	D
05	A	B	C	D
06	A	B	C	D
07	A	B	C	D
08	A	B	C	D
09	A	B	C	D
10	A	B	C	D
11	A	B	C	D
12	A	B	C	D
13	A	B	C	D
14	A	B	C	D
15	A	B	C	D
16	A	B	C	D
17	A	B	C	D
18	A	B	C	D
19	A	B	C	D
20	A	B	C	D
21	A	B	C	D
22	A	B	C	D
23	A	B	C	D
24	A	B	C	D
25	A	B	C	D

"Respire fundo e confie nas horas de estudo que te trouxeram até aqui.

O futuro do Direito precisa de profissionais dedicados como você.

Boa prova!"

Disciplina: Direito das Coisas II
Professor: Ronaldo Carvalho Silva Filho

Questão 01

BETE, BALANÇO e KÁTIA FLÁVIA, sócios em uma sociedade empresária de produção musical de Iturama/MG, adquiriram uma aeronave executiva para o deslocamento interestadual em turnês. Visando racionalizar os custos operacionais de manutenção e hangaragem, as partes lavraram uma alteração contratual consolidando um arranjo de "divisão temporal de uso exclusório", com as seguintes especificações: (i) o ano civil foi fracionado em três períodos idênticos, atribuindo-se a cada sócio o direito de uso e gozo exclusivo da aeronave em sua respectiva fração de tempo; (ii) estipulou-se a autonomia patrimonial de cada fração de tempo, prevendo que as dívidas individuais de um sócio não atingiriam o período de uso dos demais; e (iii) pactuou-se que o IPVA e as taxas aeronáuticas seriam cobrados de forma cindida pelo Fisco, emitindo-se guias de arrecadação personalizadas para cada fração temporal. O aditivo foi averbado no Registro Aeronáutico Brasileiro (RAB). Dois anos após a pactuação, BALANÇO tornou-se insolvente em sua vida privada. O Banco Alpha, credor pignoratício de BALANÇO, ajuizou execução de título extrajudicial e requereu o arresto e a subsequente penhora isolada da fração de tempo correspondente ao uso da aeronave nos meses de maio a agosto. BETE e KÁTIA FLÁVIA embargaram a execução, alegando a impenhorabilidade de suas respectivas frações temporais de uso e o respeito à autonomia das frações instituída no contrato social. Considerando o regime jurídico civil do direito das coisas e os limites da autorregulação privada no ordenamento brasileiro, assinale a alternativa correta:

- A) O arranjo contratual é plenamente válido como modalidade de multipropriedade móvel com base no princípio da autonomia privada; contudo, a penhora da fração de tempo de BALANÇO é ineficaz perante o Fisco, respondendo todos os sócios solidariamente pelo IPVA integral da aeronave por se tratar de obrigação *propter rem* indivisível.
- B) A convenção das partes opera efeitos reais plenos por força do registro no RAB, o qual confere eficácia *erga omnes* mitigada à divisão temporal, autorizando o credor a adjudicar o período de fruição de maio a agosto em sede de hasta pública.
- C) A estipulação é desprovida de eficácia real por força do princípio da taxatividade, subsistindo entre os contratantes um condomínio tradicional, cujo regramento impõe a insuscetibilidade de fragmentação jurídica do objeto com base em critérios estritamente cronológicos, devendo a constrição recair sobre a quota-parte ideal e abstrata do devedor.
- D) A falta de previsão de regimes temporais para veículos no estatuto civil converte o contrato em negócio jurídico processual probatório de faturamento empresarial fictício, impondo-se a suspensão da execução por até cinco anos.

Questão 02

Relativamente à constituição da propriedade fiduciária de bens móveis e sua respectiva eficácia jurídica perante terceiros, assinale a opção correta à luz do Código Civil e da jurisprudência sumulada do STJ:

- A) O contrato de alienação fiduciária de bem móvel infungível, para ter validade entre as partes contratantes, depende obrigatoriamente do registro no Cartório de Títulos e Documentos.
- B) O registro do contrato de alienação fiduciária de veículos automotores no órgão de trânsito competente (DETRAN) é requisito de validade do negócio jurídico, sem o qual o contrato é nulo.
- C) A ausência de registro da alienação fiduciária de veículo automotor no órgão de trânsito impede a eficácia do contrato entre as partes, mas resguarda o direito de terceiros de boa-fé.
- D) A falta de registro da alienação fiduciária no órgão de trânsito não obsta a concessão da liminar de busca e apreensão se a mora do devedor estiver devidamente comprovada.

Questão 03

Considere que foi constituído direito real de superfície por prazo determinado de 20 anos sobre um terreno rural para a construção de um complexo de armazenagem agrícola. Faltando 2 anos para o término do contrato, o imóvel é desapropriado pelo Poder Público para a construção de uma rodovia. Diante do caso concreto e das regras de extinção da superfície, assinale a afirmativa correta:

- A) A indenização decorrente da desapropriação caberá integralmente ao proprietário do solo (fundieiro), cabendo ao superficiário apenas o direito de demandar regressivamente contra o proprietário por perdas e danos.
- B) A desapropriação extingue o direito de superfície, e o valor da indenização devida pelo ente expropriante será rateado entre o proprietário do solo e o superficiário, proporcionalmente ao valor do direito real de cada um.
- C) Extinta a superfície pelo advento do termo final (20 anos) ou por desapropriação, o proprietário do solo recuperará a propriedade plena, ficando obrigado a indenizar o superficiário por todas as construções realizadas, sob pena de enriquecimento sem causa, independentemente do que estipulou o contrato.
- D) A desapropriação não tem o condão de extinguir o direito real de superfície, operando-se a sub-rogação real do direito sobre o leito da nova rodovia construída.

Questão 04

Determinado proprietário de um apartamento em um condomínio residencial de luxo possui, além da unidade autônoma habitacional, uma vaga de garagem com matrícula própria no Registro de Imóveis. Enfrentando dificuldades financeiras, o proprietário decide alienar a vaga de garagem a uma pessoa que não reside e não possui qualquer vínculo com o condomínio. Diante das regras do Código Civil de 2002, assinale a afirmativa correta:

- A) Sendo a vaga de garagem uma unidade autônoma com matrícula própria, o direito de propriedade é pleno e absoluto, sendo nula qualquer cláusula da convenção condominial que tente proibir a venda a terceiros estranhos ao condomínio.
- B) As vagas de garagem, mesmo dotadas de matrícula própria, não podem ser alienadas a pessoas estranhas ao condomínio, salvo se houver autorização expressa na convenção de condomínio.
- C) A alienação de vaga de garagem a terceiros estranhos ao condomínio depende exclusivamente de autorização da assembleia geral por quórum de maioria simples, independentemente do que disponha a convenção.
- D) Por se tratar de bem de uso comum do povo modificado para utilidade privada, a vaga de garagem com matrícula própria só pode ser alienada a parentes consanguíneos do condômino até o terceiro grau.

Questão 05

Um superficiário, titular de uma concessão de superfície por 40 anos para a construção de um shopping center, busca financiamento bancário para a execução das obras. Para garantir o mútuo, ele oferece o próprio direito real de superfície em hipoteca ao banco financiador. À luz das normas civis e registrais, assinale a afirmativa correta:

- A) É juridicamente impossível constituir hipoteca sobre o direito real de superfície, haja vista que a garantia hipotecária recai exclusivamente sobre a propriedade plena e imobiliária corpórea.
- B) A hipoteca do direito de superfície é admitida, mas a sua eficácia e validade ficam condicionadas à anuência expressa e intervenção obrigatória do proprietário do solo no contrato de financiamento.
- C) O superficiário pode hipotecar o seu direito de superfície, e a garantia ficará adstrita ao prazo da concessão. Se houver a extinção antecipada da superfície por culpa do superficiário (rescisão), os direitos do credor hipotecário sobre a garantia permanecem resguardados nos termos da lei.
- D) Caso o superficiário venha a inadimplir o financiamento, o banco poderá executar a hipoteca e adjudicar o solo e a construção de forma plena, extinguindo-se o direito do proprietário original do terreno.

Disciplina: Responsabilidade Civil

Professor: Ronaldo Carvalho Silva Filho

Questão 06

ARLINDO ORLLANDO, motorista de ônibus de uma empresa concessionária de transporte público, envolveu-se em um acidente de trânsito que resultou na morte de um pedestre. ARLINDO ORLLANDO foi denunciado por homicídio culposo na direção de veículo automotor. Paralelamente, a família da vítima ajuizou ação de reparação por danos morais e materiais contra a empresa de ônibus na esfera cível. Antes do julgamento cível, o juízo criminal absolveu o réu ARLINDO ORLLANDO. À luz do Código Civil e do Código de Processo Penal, assinale a afirmativa correta:

- A) Se a absolvição criminal de ARLINDO ORLLANDO tiver como fundamento a insuficiência de provas para a condenação (art. 386, VII, do CPP), a ação civil de reparação de danos deverá ser julgada imediatamente improcedente, diante do princípio da unidade da jurisdição.
- B) Se a absolvição criminal tiver como fundamento a categórica negativa de autoria ou a inexistência material do fato (art. 386, I ou IV, do CPP), faz-se coisa julgada no cível, obstando definitivamente a pretensão indenizatória contra ARLINDO ORLLANDO e, por via de consequência, contra a empresa.
- C) A responsabilidade civil das concessionárias de serviço público é objetiva. Portanto, mesmo que o juízo criminal absolva o motorista com base no reconhecimento de uma causa excludente de ilicitude, como o estrito cumprimento do dever legal, a empresa responderá civilmente de forma inarredável.
- D) A sentença penal absolutória baseada em atipicidade da conduta penal (o fato não constitui infração penal) impede o prosseguimento da ação civil, pois o ilícito civil é um conceito estritamente dependente do ilícito penal.

Questão 07

O cão de guarda da raça *Rotweiler* de uma propriedade rural escapou por um vão na cerca e atacou um pedestre que caminhava pacificamente pela estrada vicinal pública, causando-lhe ferimentos severos. O proprietário do animal defendeu-se em juízo comprovando que a cerca era nova, inspecionada regularmente e que o animal fugiu porque um raio destruiu um dos mourões na mesma noite (força maior). Diante das regras de transição doutrinária e do texto do art. 936 do Código Civil de 2002, assinale a afirmativa correta:

- A) O Código Civil de 2002 manteve a tradição do código revogado, tipificando o dano por animais como responsabilidade subjetiva fundada na culpa *in vigilando* presumida, permitindo ao dono livrar-se provando sua guarda prudente.
- B) A responsabilidade por fato de animais transmuda-se para subjetiva se o proprietário for pessoa física e para objetiva se for pessoa jurídica ou empresa de segurança.
- C) Por se tratar de força maior (queda do raio), o nexo causal é rompido tanto no regime subjetivo quanto no objetivo, mas o proprietário responderá subjetivamente se a vítima demonstrar que o cão não possuía focinheira no momento da fuga.
- D) O art. 936 do Código Civil consagrou a responsabilidade objetiva do dono ou detentor do animal. Este só não indenizará a vítima se provar uma das causas de rompimento do nexo de causalidade expressas no texto legal: culpa exclusiva da vítima ou força maior.

Questão 08

CHAOLIN celebrou com TSUNAMI um contrato de prestação de serviços com prazo certo de entrega. TSUNAMI descumpriu a obrigação na data aprazada. Paralelamente, no mesmo dia do inadimplemento, um motorista da empresa de TSUNAMI, conduzindo um veículo corporativo de forma imprudente, colidiu com o automóvel particular de CHAOLIN no estacionamento do estabelecimento. Diante do concurso de causas envolvendo responsabilidade contratual e extracontratual, assinale a opção correta:

- A) No que tange ao acidente de trânsito (responsabilidade extracontratual), os juros moratórios fluem a partir da citação inicial do réu na ação judicial correspondente.

B) Em ambas as situações jurídicas narradas, a caracterização do caso fortuito interno seria apta a afastar a responsabilidade de TSUNAMI, visto que o contrato e o ilícito civil puro submetem-se ao mesmo regime de excludentes genéricas.

C) No que tange ao descumprimento do contrato (responsabilidade contratual), tratando-se de obrigação positiva, líquida e com termo certo, a mora opera-se *ex re*, ou seja, o inadimplemento constitui de pleno direito em mora o devedor, fluindo os juros a partir do vencimento da prestação.

D) O ordenamento jurídico brasileiro veda a cumulação, em um mesmo processo, de pedidos indenizatórios fundados simultaneamente em responsabilidade contratual e extracontratual, ainda que decorram de fatos conexos entre as mesmas partes.

Disciplina: Direito Processual Penal III

Professor: André de Paula Viana

Questão 09

No Processual Penal brasileiro, no que diz respeito à citação do réu, assinale a alternativa correta:

- a) A citação do réu preso será realizada mediante expedição de precatória ao diretor do estabelecimento prisional onde ele se encontra.
- b) A citação do militar far-se-á por intermédio do chefe do respectivo serviço.
- c) Sendo o réu funcionário público, a sua citação será feita diretamente por edital com prazo de 15 (quinze) dias.
- d) Caso o réu esteja em local incerto e não sabido, será citado por hora certa após duas tentativas infrutíferas do oficial de justiça.

Questão 10

Sobre a citação por edital e seus efeitos no Processo Penal (Art. 366 do CPP), assinale a alternativa correta:

- a) Se o acusado, citado por edital, não comparecer nem constituir advogado, o processo prosseguirá à sua revelia, sendo-lhe nomeado defensor dativo.
- b) A citação por edital terá o prazo fixo e invariável de 30 (trinta) dias para todos os procedimentos do Código de Processo Penal.
- c) Se o acusado, citado por edital, não comparecer, nem constituir advogado, ficarão suspensos o processo e o curso do prazo prescricional.
- d) Durante o período de suspensão do processo decorrente da citação por edital, é vedada a produção antecipada de qualquer prova, bem como a decretação de prisão preventiva.

Questão 11

No que tange à citação por hora certa no Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta:

- a) É inadmissível no processo penal brasileiro, sendo instituto exclusivo do Processo Civil.
- b) Completada a citação por hora certa, se o acusado não comparecer, ser-lhe-á nomeado defensor dativo para apresentar resposta à acusação.
- c) Verificado que o réu se oculta para não ser citado, a citação por hora certa enseja a suspensão automática do processo e da prescrição caso ele não apareça.
- d) A citação por hora certa dispensa a necessidade do oficial de justiça dar ciência a qualquer pessoa da família ou do vizinho sobre o retorno no dia posterior.

Questão 12

Quanto às intimações e notificações no processo penal, assinale a alternativa correta:

- a) A intimação do defensor constituído, do advogado do querelante e do assistente far-se-á obrigatoriamente por mandado cumprido por oficial de justiça.
- b) A intimação do Ministério Público e do Defensor Público será feita pessoalmente.

- c) As intimações nos tribunais de segunda instância dispensam qualquer publicação no órgão oficial, bastando a afixação do edital no átrio do fórum.
- d) A intimação da sentença ao réu preso será feita exclusivamente mediante comunicação formal ao seu advogado constituído.

Disciplina: Direito Individual do Trabalho Professor: Áderson Nícolas
--

Questão 13

Com base no exposto em sala de aula, no que concerne a história do direito do trabalho, qual foi a principal transformação jurídica no mundo do trabalho decorrente da revolução industrial?

- a) A transição do modelo de "locação de serviços" do Direito Civil para um regime jurídico autônomo, baseado no princípio da proteção e na intervenção estatal para equilibrar a desigualdade entre capital e trabalho.
- b) A consolidação imediata do trabalho assalariado como uma relação de total igualdade jurídica, onde a autonomia da vontade das partes impedia qualquer forma de exploração ou abuso patronal.
- c) O fortalecimento das Corporações de Ofício medievais, que passaram a ditar as regras de segurança e medicina do trabalho dentro das grandes indústrias mecanizadas do século XVIII.
- d) A proibição absoluta da intervenção do Estado nas relações fabris, sob o argumento de que o Direito do Trabalho deveria ser regido exclusivamente pelo Direito Penal para punir greves e coalizões.

Questão 14

Sobre o modelo de organização das corporações de ofício, assinale a alternativa correta:

- a) As corporações de ofício incentivavam a livre concorrência e a inovação tecnológica constante, proibindo qualquer tipo de controle estatal ou privado sobre os preços dos produtos vendidos pelos mestres.
- b) A hierarquia das corporações era composta apenas por aprendizes e mestres, sendo vedada a existência de uma categoria intermediária, uma vez que o aprendiz deveria se tornar mestre imediatamente após o término do seu treinamento.
- c) As guildas medievais eram entidades puramente comerciais, preocupadas exclusivamente com o lucro dos mestres, não possuindo qualquer papel no suporte social, religioso ou previdenciário de seus membros.
- d) A organização das corporações baseava-se em um rígido sistema hierárquico, na fixação de preços e na garantia de qualidade, mantendo o monopólio do exercício da profissão em nível local e oferecendo auxílio mútuo aos seus associados.

Questão 15

Sobre o impacto e o contexto da criação da consolidação das leis do trabalho (clt) na era vargas, assinale a alternativa correta:

- a) A CLT foi uma imposição direta de organismos internacionais, como a OIT, que obrigou o governo brasileiro a extinguir imediatamente todos os sindicatos operários e proibir a sindicalização no país.
- b) A CLT unificou a legislação trabalhista esparsa existente, estabelecendo direitos fundamentais como o salário mínimo e a limitação da jornada, mas também institucionalizou o controle estatal sobre os sindicatos.
- c) O principal objetivo da CLT era garantir a total autonomia dos trabalhadores, incentivando a criação de greves gerais e movimentos revolucionários para derrubar o regime varguista e instaurar uma democracia parlamentar.
- d) A CLT foi criada exclusivamente pelo setor privado e pelas grandes indústrias, sem qualquer interferência ou planejamento do Estado, visando apenas aumentar a produtividade e eliminar o lucro dos empresários.

Questão 16

Sobre as ramificações do princípio protetor no direito do trabalho, assinale a alternativa correta:

- a) A regra do In dubio pro operário permite que o juiz ignore provas cabais produzidas pelo empregador no processo, devendo sempre julgar o fato a favor do trabalhador, independentemente da verdade material.
- b) O princípio da Norma Mais Favorável estabelece que, em caso de conflito entre diferentes normas válidas e aplicáveis, o magistrado deve optar por aquela que, em seu conjunto, proporcione melhores condições ao empregado, independentemente da hierarquia formal da norma.
- c) A Condição Mais Benéfica determina que o empregador pode alterar livremente as cláusulas do contrato de trabalho, desde que comprove que a mudança é necessária para a manutenção do lucro da empresa, mesmo que prejudique o trabalhador.
- d) As regras do princípio protetor aplicam-se exclusivamente aos trabalhadores autônomos e diretores de grandes empresas, uma vez que o operário comum já possui a proteção total do Direito Penal contra qualquer tipo de abuso contratual.

Questão 17

Sobre o princípio da irrenunciabilidade e a natureza das normas trabalhistas, assinale a alternativa correta:

- a) A vontade individual do trabalhador é soberana sobre a lei, permitindo que ele negocie livremente a renúncia ao seu salário mínimo em troca de benefícios informais, desde que isso seja feito por escrito.
- b) O princípio da indisponibilidade aplica-se exclusivamente aos trabalhadores de cargos de confiança, sendo permitido ao operário comum renunciar a direitos como o FGTS para aumentar seu ganho mensal líquido.
- c) A irrenunciabilidade de direitos é absoluta em todas as fases da relação de emprego, proibindo, inclusive, a realização de qualquer tipo de acordo ou transação judicial perante a Justiça do Trabalho.
- d) Os direitos trabalhistas são, em regra, indisponíveis devido à sua natureza de normas de ordem pública, o que invalida qualquer ato do trabalhador que vise abrir mão de proteções legais básicas garantidoras de sua dignidade.

Disciplina: Mediação, Conciliação e Arbitragem

Professor: Áderson Nícolas

Questão 18

Considerando a dogmática jurídica e as lições de Francesco Carnelutti relativas aos meios de solução de controvérsias e às dinâmicas da interação humana, analise a relação conceitual entre conflito, disputa e lide/litígio, e assinale a alternativa correta:

- a) A lide diferencia-se do conflito em sentido amplo por exigir a coexistência de uma pretensão exercida por um dos sujeitos e a resistência oferecida pelo outro, qualificando o conflito no plano jurídico-processual.
- b) O conflito caracteriza-se rigorosamente como a formalização judicial de uma controvérsia, enquanto a disputa representa o estado subjetivo de crise na interação interpessoal desprovido de objeto material.
- c) A disputa configura a subsunção da pretensão resistida às normas processuais, sendo o único elemento do trio conceitual capaz de provocar a atuação da jurisdição estatal.
- d) O litígio e o conflito são sinônimos perfeitos no plano sociológico, dispensando a presença de uma pretensão resistida para que se configure a apreciação do Poder Judiciário.

Questão 19

Tendo por base os aspectos doutrinários e normativos concernentes aos métodos de tratamento de controvérsias, analise as proposições a respeito do instituto da composição no âmbito do direito processual contemporâneo e assinale a alternativa correta:

- a) A composição traduz a imposição heterônoma de uma sanção jurídica, razão pela qual o Código de Processo Civil de 2015 veda a criação de normas pelas próprias partes para disciplinar a situação controvertida.
- b) Sob a perspectiva jurídica e doutrinária, a composição vincula-se à ideia de regramento e reorganização da situação litigiosa de forma cooperativa, permitindo que os sujeitos estabeleçam a norma disciplinadora da controvérsia de modo adequado ao caso.
- c) O instituto da autocomposição fundamenta-se estritamente no encerramento abrupto do litígio mediante adjudicação estatal, desconsiderando a autonomia privada e a construção participativa das saídas estruturadas.
- d) A composição restringe-se conceitualmente à substituição da vontade das partes pela do magistrado, sendo juridicamente incompatível com o princípio da cooperação previsto na legislação processual civil vigente.

Questão 20

No tocante aos meios de composição e abordagem de conflitos, a autotutela (ou autodefesa) caracteriza-se pela imposição do interesse de uma das partes sobre a outra mediante a própria força, em relação ao regime jurídico da autotutela e às suas exceções no direito brasileiro, assinale a alternativa correta:

- a) O exercício da autotutela fora das hipóteses autorizadas em lei configura o crime de exercício arbitrário das próprias razões (art. 345 do Código Penal), sendo exigida, em qualquer hipótese de cometimento do delito, a atuação do Ministério Público mediante ação penal pública incondicionada.
- b) A autotutela é a regra geral no direito brasileiro para a resolução de controvérsias de natureza cível e empresarial, sendo o monopólio da jurisdição estatal uma exceção aplicável apenas ao direito penal.
- c) Embora vigorante a proibição geral da autotutela em razão do monopólio estatal do uso legítimo da força, o ordenamento jurídico admite excepcionalmente o uso da própria força na legítima defesa e no estado de necessidade, desde que presentes a injustiça da agressão, a reação imediata e a proporcionalidade dos meios utilizados.
- d) A ocorrência de dano a bem alheio praticado em legítima defesa ou estado de necessidade afasta a tipicidade criminal, contudo enseja sempre a ilicitude do ato no âmbito civil, gerando o dever irrestrito de indenizar independentemente da conduta do agressor.

Disciplina: Diversidade Étnico Racial, Gênero e Direitos Humanos Prof. Luci Aparecida Souza Borges de Faria
--

Questão 21

O multiculturalismo pode ser compreendido como uma perspectiva que reconhece a existência de diferentes grupos culturais na sociedade e considera os conflitos e as disputas sociais como elementos presentes na construção das relações de convivência. Nessa perspectiva, as diferenças não são compreendidas como obstáculos, mas como dimensões que precisam ser reconhecidas e problematizadas.

Considerando essa concepção, assinale a alternativa CORRETA.

- a) O multiculturalismo pressupõe a superação das diferenças culturais por meio da adoção de valores e comportamentos comuns a todos os grupos sociais.
- b) O multiculturalismo reconhece a diversidade cultural e os diferentes processos de luta e negociação social envolvidos na construção de relações mais democráticas e de políticas de convivência.
- c) A valorização da diversidade cultural exige evitar conflitos e debates sociais, uma vez que a convivência democrática depende da eliminação das divergências entre os grupos.
- d) As políticas de convivência devem ser definidas exclusivamente pelas instituições governamentais, sem considerar as experiências e reivindicações dos diferentes grupos culturais.

Questão 22

A Lei nº 12.711/2012 representou um marco na política de reserva de vagas nas instituições federais de educação superior e de ensino técnico. A legislação buscou ampliar as oportunidades de acesso considerando, entre outros critérios, a trajetória escolar e aspectos relacionados à composição étnico-racial da população.

Considerando a finalidade das políticas de ações afirmativas no contexto educacional brasileiro, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) As políticas de reserva de vagas procuram enfrentar desigualdades no acesso à educação e ampliar as oportunidades para grupos historicamente submetidos a processos de exclusão.
- b) A adoção de critérios sociais e étnico-raciais nas políticas de acesso pode ser compreendida como estratégia de promoção da equidade, considerando desigualdades historicamente construídas.
- c) A política de cotas tem como princípio garantir tratamento absolutamente idêntico a todos os candidatos, desconsiderando diferenças sociais, econômicas, educacionais e étnico-raciais existentes entre os grupos.
- d) As ações afirmativas podem ser compreendidas como instrumentos de políticas públicas destinados à promoção da igualdade material e à redução de desigualdades no acesso a direitos e oportunidades.

Disciplina: Direito Previdenciário Professora: Leilane Camargos
--

Questão 23

Maria foi no INSS fazer seu cadastro em janeiro de 2026, como segurada facultativa para começar a contribuir. Seu marido passa um dinheiro todo dia 20. O carnê do INSS vence todo dia 15. De janeiro a agosto de 2026 ela pagou todos os carnês atrasados. Todos no dia 20. Responda:

- a) Maria é uma segurada facultativa que foi inscrita no INSS mas ainda não foi filiada
- b) Maria é uma segurada facultativa que foi inscrita no INSS e filiada assim que fez o primeiro pagamento
- c) Maria é segurada da previdência social. Se acontecer qualquer acidente ou doença basta comprovar os outros requisitos, como carência e incapacidade.
- d) Inscrição é o vínculo que se estabelece entre pessoas que contribuem para a previdência social da qual decorrem direitos e obrigações

Questão 24

Sobre o período de graça, assinale a alternativa correta:

- a) Período de Graça é um período que mesmo sem pagar a pessoa continua tendo carência contada mês a mês para qualquer benefício da previdência social
- b) Período de graça é um período que pode acontecer em casos específicos para pessoas que contribuíram com mais de 120 contribuições para o INSS
- c) Para ter direito ao período de graça a pessoa tem que ter contribuído pelo menos 1 ano (12 contribuições) para o INSS.
- d) Período de Graça é um período que mesmo sem pagar a pessoa continua sendo segurada da previdência social

Questão 25

José celebra seu matrimônio com Joaquina. Em viagem de lua de mel, Joaquina sofre um infarto fulminante e morre. Joaquina era segurada do INSS. Sobre a pensão por morte, responda:

- a) José não terá direito à pensão por morte pois precisava de carência de 2 anos de casamento.
- b) José terá direito à pensão por morte. O tempo de pensão de José dependerá de quantos anos de idade ela tem e se ela tiver mais de 45 anos de idade a pensão será vitalícia.
- c) José terá direito à pensão por morte, que será limitada a 4 meses
- d) José por ser homem, só terá direito à pensão por morte se conseguir provar a dependência financeira que tinha de Joaquina.